Manejo florestal em áreas de preservação permanente e reservas legais: legislação e práticas de recuperação

Autor(res)

Valéria Lima Da Silva
Juliana Dias Martins
Leideramone Francisco Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS

Introdução

‘Manejo florestal em áreas de preservação permanente e reservas legais: legislação e práticas de recuperação’. Esse tema é fundamental para entendermos como a legislação ambiental brasileira contribui para a conservação e recuperação dos ecossistemas.”O manejo florestal em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) é um tema central na legislação ambiental brasileira, especialmente no contexto do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Essas áreas cumprem funções essenciais para a conservação da biodiversidade, manutenção dos recursos hídricos, proteção do solo e equilíbrio climático. No entanto, a expansão agropecuária e urbana tem causado degradação significativa, exigindo estratégias de recuperação e manejo sustentável. A legislação estabelece parâmetros obrigatórios de conservação, ao mesmo tempo em que possibilita práticas de uso sustentável, desde que respeitados os limites ecológicos e legais.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar a legislação que rege o manejo das APPs e RLs, destacar sua importância ecológica e econômica, e apresentar algumas práticas de recuperação florestal.

Material e Métodos

Este estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos, legislações ambientais, relatórios técnicos e livros especializados em gestão florestal e recuperação de áreas degradadas. Foram consultadas bases como SciELO, Google Acadêmico e publicações de órgãos ambientais, além do Código Florestal brasileiro e resoluções do CONAMA, analisando a legislação vigente referente ao manejo em APPs e RLs.

Resultados e Discussão

A aplicação dessas práticas traz resultados significativos, como a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a redução da erosão. Além disso, abre espaço para serviços ambientais, com o pagamento por serviços ambientais, e para alternativas de uso sustentável que contribuem para a economia local.
A legislação ambiental brasileira determina que propriedades rurais mantenham APPs para proteção de recursos

hídricos, encostas e áreas sensíveis, bem como a Reserva Legal, que deve representar uma porcentagem mínima do imóvel (80% na Amazônia Legal, 35% no Cerrado dentro da Amazônia Legal e 20% nos demais biomas). O descumprimento dessas normas gera passivos ambientais que obrigam os proprietários a adotar programas de recuperação.

Conclusão

Em conclusão, o manejo de áreas de preservação permanente e reservas legais é essencial para a sustentabilidade ambiental e econômica do Brasil. A legislação é um avanço importante, mas sua efetividade depende da adesão dos proprietários rurais, de investimentos em monitoramento e de estratégias de conscientização e incentivo. Somente assim será possível conciliar conservação ambiental e produção agrícola de forma equilibrada.

Referências

- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.
- BRANCALION, P. H. S.; GANDOLFI, S.; RODRIGUES, R. R. Restauração Florestal. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.
- METZGER, J. P. O Código Florestal tem base científica? Natureza & Conservação, v. 8, n. 1, p. 92-99, 2010.
- RODRIGUES, R. R. et al. Large-scale ecological restoration of high-diversity tropical forests in SE Brazil. Forest Ecology and Management, v. 261, p. 1605-1613, 2011.